



RESOLUÇÃO



MAIS SALÁRIOS, MAIS CONTRATAÇÃO COLECTIVA, 35 HORAS DE TRABALHO

A poucos dias de se comemorar os 40 anos da Revolução de Abril, marco histórico da luta emancipadora dos trabalhadores e do povo português contra a ditadura fascista, Portugal confronta-se com uma das maiores ofensivas desencadeadas pelo capital económico e financeiro, depois de instaurado o regime democrático, em 25 de Abril de 1974.

O país está mais pobre e as desigualdades e as injustiças sociais acentuam-se. A política de austeridade tem atingido sobretudo os trabalhadores, os desempregados e os pensionistas e reformados que vêm os seus empregos em causa, o seu poder de compra diminuir e os seus direitos reduzidos ou liquidados, incluindo direitos fundamentais constitucionalmente consagrados.

A realidade de sucessivos programas de austeridade aplicados nos últimos anos mostra uma brutal queda dos salários no rendimento nacional. Os rendimentos do trabalho, os quais incluem os descontos patronais para a segurança social, passaram de 49,2% do PIB em 2009 para 46,6% em 2013 (média dos três primeiros trimestres).

Esta diminuição tem como causas principais a destruição do emprego e a baixa salarial provocada pelo desemprego, o bloqueamento da contratação colectiva e os cortes de salários na Administração Pública, o não cumprimento pelo Governo do Acordo sobre o salário mínimo nacional e o seu congelamento desde 2011, as mudanças na legislação de trabalho que desprotegem os trabalhadores, facilitam os despedimentos e tornam o trabalho mais barato.

A redução salarial (bloqueios na contratação colectiva, cortes salariais na Administração Pública, congelamento do salário mínimo, recusa em emitir portarias de extensão dos acordos efectuados, aumento da duração do trabalho, queda dos salários nas novas contratações, etc.) tem sido agravada por outras medidas, com destaque para o aumento brutal do IRS e a aceleração da desigualdade na distribuição do rendimento, observando-se uma quebra rápida e acentuada da parte dos rendimentos do trabalho no PIB, que passou de 49,2%, em 2009, para 46,6%, em 2013.

Quando se invoca que o défice público foi de 4,9% em 2013 esconde-se que o IRS teve um aumento de 35,5%, quase três vezes mais que o aumento global dos impostos, que foi de 13%. A redução do défice foi, afinal, conseguida à custa de uma expropriação nunca antes vista dos rendimentos do trabalho.

A contratação colectiva está bloqueada, com menos de 10% de trabalhadores abrangidos pela renovação de contratos colectivos em 2013. Esta situação não decorre da crise económica até porque a contratação colectiva não abrange apenas os salários e os subsídios. Sem deixar de reflectir a intransigência patronal – que usa a crise como pretexto para não melhorar os salários e as condições de trabalho, mesmo quando são boas as condições económicas dos sectores e empresas – traduz sobretudo a interferência do Governo e da tróica no direito de contratação colectiva. Acresce que as portarias de extensão praticamente deixaram de ser publicadas, aumentando as desigualdades.

Na Administração Pública, além do aumento da contribuição para a ADSE, foram impostos cortes salariais a partir de 675 €. A duração do trabalho foi aumentada (de 35 para 40 horas semanais) no que constitui uma regressão sem precedentes e uma violação de normas internacionais que Portugal subscreveu, incluindo a Carta Social Europeia. Os direitos de negociação colectiva são frontalmente desrespeitados quando se recusa a publicação de centenas de contratos colectivos (ACEEP's, neste caso) já assinados, os quais mantêm as 35 horas semanais.

Os cortes, associados ao aumento das taxas moderadoras e à sobrecarga de impostos sobre os trabalhadores, estão a provocar o empobrecimento generalizado das famílias e a lançar muitos milhares de portugueses na pobreza e na exclusão social.

Entretanto, as declarações públicas do primeiro-ministro, ao afirmar que o nível de vida dos portugueses não voltará a ser igual a 2011, confirmam que os cortes nos salários, nas pensões e na despesa social que antes foram apresentados como provisórios são, afinal, para se tornarem definitivos. Mais uma vez, todos os trabalhadores são visados, os da Administração Pública, com a "tabela salarial única" e os suplementos de remuneração, e os do sector privado e empresarial do Estado com a anunciada revisão cirúrgica da legislação do trabalho e da contratação colectiva.

Num momento em que os trabalhadores e o povo sofrem as consequências de uma política de exploração, saque e rapina sobre os seus rendimentos, é intolerável que o capital continue a ser premiado com milhões de euros subtraídos ao erário público, canalizados para os grupos económicos e financeiros por via da descida do IRC, dos juros da dívida pública, das parcerias público-privadas, das rendas excessivas no sector da energia, dos contractos SWAP, para além de outros contratos ruinosos e inúmeros privilégios e benefícios fiscais.

Neste quadro de submissão dos interesses nacionais à dominação económica e política da UE, onde se acobertam os grandes grupos económicos e financeiros e em que o Governo do PSD/CDS-PP insiste em levar por diante o seu projecto de destruição do país e da vida dos portugueses, agindo à margem da lei e prosseguindo a ofensiva contra a Constituição da República, os trabalhadores e o povo não podem esperar deste Governo mais nada que não sejam mais dificuldades e maiores sacrifícios.

Os trabalhadores presentes nesta Concentração, perante a grave situação que o país e os portugueses estão a viver, exigem:

- **O fim da política de exploração e empobrecimento e uma justa distribuição da riqueza**, o que implica medidas urgentes dirigidas para o **aumento geral dos salários** e para uma nova política fiscal, nomeadamente a **eliminação da sobretaxa do IRS** e a sua redução, o aumento da taxa das transacções financeiras, das fortunas e dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros;
- **O aumento imediato do salário mínimo nacional para 515 €**
- **A revogação das normas anti-laborais que foram introduzidas na legislação dos sectores privado, público e empresarial do Estado**, o fim dos bloqueios à negociação colectiva e a publicação das portarias de extensão;
- **O cumprimento do direito de negociação colectiva na Administração Pública**, a aplicação das 35 horas a todos os trabalhadores e a publicação imediata dos ACEEP's já assinados, a reposição dos salários e de direitos, que foram objecto de cortes ou retirados.
- **O reforço dos meios financeiros e humanos da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)** que permitam o cumprimento das suas funções, tanto ao nível da acção inspectiva às condições de trabalho, como na área da promoção das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho.

Considerando, também, a exigência de prosseguir a luta, sem tréguas, **pela demissão do governo e a convocação de eleições legislativas antecipadas**, os presentes nesta Concentração decidem, ainda:

- **Saudar a luta dos trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado**, que com grande determinação têm enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo, e exortá-los a que intensifiquem as lutas reivindicativas nos locais de trabalho, **pelo emprego com direitos**, contra a precariedade; pelas **Funções Sociais do Estado e os serviços públicos**; pela **melhoria da protecção social aos trabalhadores, aos desempregados e às famílias**; contra a intenção do Governo de passar os cortes de provisórios a definitivos, exigindo a **reposição dos salários, subsídios e pensões roubados aos trabalhadores, reformados e pensionistas**; pelo cumprimento dos direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição da República, fazendo **respeitar os valores e as Conquistas de Abril** nela consagrados;
- **Rejeitar a aplicação de mais cortes** e a nova revisão da legislação laboral que o Governo está a preparar para aumentar ainda mais a exploração de todos os trabalhadores, do sector privado, público e empresarial do estado;
- **Exortar** os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas e os desempregados a participarem massivamente nas **comemorações do 25 de Abril** e, especialmente, nas **Manifestações da CGTP-IN, no 40.º Aniversário do 1º de Maio em Liberdade**, como um momento alto da indignação e protesto contra a política de direita, o Governo do PSD-CDS e a troica; pela afirmação da proposta e alternativa que o país precisa e o povo exige; pela mudança de política e de Governo; por uma política de Esquerda e Soberana.

ABRIL E MAIO DE NOVO COM A FORÇA DO POVO!

EMPREGO – SALÁRIOS – CONTRATAÇÃO COLECTIVA – DIREITOS – PROTECÇÃO SOCIAL